



SOLIDARIEDADE
UNIDADE NEGRA INTERESTADUAL
Autonomia, Determinação e Luta

CARTA DE VITÓRIA

Na perspectiva do povo negro se pronunciar politicamente no cenário nacional diante da Conjuntura Internacional e Nacional algumas entidades e lideranças negras atenderam ao convite do Centro de Estudos da Cultura Negra no Estado do Espírito Santo – CECUN para a realização de uma reunião em Vitória-ES com o objetivo de articular a CAMPANHA NACIONAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS LEIS 10.639/2003 e 11.645/2008, visando discutir e construir estratégias de combate ao racismo estrutural, elencar demandas negras estruturantes e também, a criação de ferramentas, entre essas, uma Unidade Negra Interestadual para ampliar a luta pela Equidade Racial e Combate ao Racismo.

A Reunião Interestadual de Lideranças Negras foi realizada no dia 23 de fevereiro de 2019, iniciada às 08h30min, no mini auditório dois do IFES do Bairro Jucutuquara, em Vitória – Espírito Santo. Como coordenador Estadual Luiz Carlos Oliveira e os membros de outros Movimentos a nível interestadual sendo facilitadores (as): CECUN-ES: Movimento Quilombo, Raça e Classe - ES; FEJUNES; Comissão Negra de Baixo Guandu – ES; APNs RJ; Neab – UERJ - Zona Oeste – RJ, representando lideranças do Sudeste; Instituto Raízes – AL e Instituto Búzios – BA, representando lideranças do Nordeste; e demais representantes de instituições, entidades Negras e lideranças presentes.

Realidade histórica

Não adentrando nas lutas pela libertação até 1888, e na abolição inacabada, o Brasil República não foi generoso nem inclusivo para com o Povo Negro. Deixando para os herdeiros dos quase 400 anos de trabalho escravo, 131 anos de racismo institucional, estrutural e social, e ainda em torno de 100 milhões de aprisionados mentais e tutelados secularmente.

A realidade social mundial e brasileira, requer de nós, Movimento Negro (MN) social civil organizado, organizações negras e ativistas antirracistas, análise e ação acurada. Para isso é preciso não perder de vistas o conteúdo histórico. A história como um dado, pode nos fornecer elementos que nos permite avaliar o trajeto percorrido, os acertos e os erros; os avanços e os retrocessos; as causas e os efeitos. É preciso nos apresentarmos na cena histórica como sujeito coletivo; compreender e, reacender as raízes filosóficas sobre as quais erigiu o mundo negro, ao menos na resistência. Diante de retrocessos humanísticos reais e visíveis nos posicionamos para avançar organizados contra o racismo e contra as suas várias materializações na realidade concreta.

Luta e resistência sempre foram características da população negra no Brasil. O movimento negro é o mais antigo movimento social brasileiro, em quase cinco séculos de luta, dos quilombos ao movimento negro contemporâneo. O primeiro navio negreiro aportou aqui em 1534 e os primeiros registros do Quilombo dos Palmares datam de 1597. São séculos de enfrentamento político tanto no plano individual como coletivo, traduzidos em experiências históricas, muitas vezes negadas pela classe e raça dominante.

Da segunda metade da década de 1970, até o final da década de 1980, as conquistas do movimento negro aconteceram mais no campo da ação e do avanço conceitual acerca da questão racial. A fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978, a maior expressão de MN após a ditadura (1964), até ali, significou a luta convicta do antirracismo. Num contexto internacional onde os movimentos buscavam pautar a afrocentricidade e a descolonização do continente africano; contexto ao qual se convencionou a ressignificação do termo “negro”, com surgimento posterior do afrodescendente etc; período no qual se compreendeu a escravidão e o capitalismo como pilares da marginalização e perpetuação da exclusão das pessoas negras; a denúncia do mito da democracia racial já havia acontecido a partir da pesquisa de Roger Bastide e Florestan Fernandes, “Branços e Negros em São Paulo”, encomendada pela Unesco.

A longa história de luta pelo direito à escola e à educação sempre se constituiu como pauta do movimento negro, com registros sistemáticos, desde os primeiros números do Jornal *O Clarim* (06.01.1924), e posteriormente pela Frente Negra Brasileira (FNB); Teatro Experimental do Negro (TEN); pelo MNU, que oficializou o 20 de novembro como o dia da Consciência Negra (04.11.1978) e incluiu no seu programa 1982, a

introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares. Em 26 e 27 de agosto de 1986, a Convenção Nacional do Negro pela Constituinte, propôs a inclusão na Constituição de 1988 do ensino da História da África e do negro no Brasil. Processo que culmina na aprovação no Congresso Nacional da Lei 10.639, sancionada pelo Presidente da República em 09 de janeiro de 2003.

No campo institucional o movimento negro obteve entre 1988 e 2018 mais conquistas institucionais do que em todos os anos anteriores com as políticas afirmativas, a exemplo das Leis de Cotas no ensino superior, nos concursos públicos e do Decreto 4.887/2003 de reconhecimento do direito à terra quilombola, etc.

Houve uma ampliação significativa dos marcos legais referente às políticas afirmativas para população negra. Entretanto, em 2015, o corte de verbas para o ensino superior atingiu 90% das universidades federais. Por outro lado, o Ministério da Justiça, aprofunda a política de ampliação do encarceramento em massa, combinada com o aumento do genocídio da população negra. Compreende-se assim, que a redução no orçamento da educação e o aumento do encarceramento é novamente uma política de um Estado racista e genocida.

O revigoramento internacional da direita alavancado nos Estados Unidos.

As atuais conversões fascizantes da classe dirigente capitalista (não toda, no momento), de fato, parecem determinadas pela necessidade de apoiar com mais força, por todos os meios estatais, compulsoriamente, um desenvolvimento mais neoliberal em profunda crise. O novo fascismo se instala articulado com projeto do neoliberalismo com inversão do slogan “primeiro o mercado, depois o Estado”.

O avanço do neofascismo ganha força com o agravamento das crises econômicas que colocaram em risco a acumulação capitalista no mundo. A ascensão neo-fascista não é resultado da utilização de técnicas totalitárias. Resulta da adoção de mecanismos flexíveis para a transformação autoritária do Estado.

Para derrubar governos e impor essa política nos países periféricos ao centro do capitalismo, os Golpes não são mais clássicos – assalto militar ao governo – mas por dentro do processo constitucional, subvertendo o que está estabelecido na constituição para impor uma suposta legitimidade. Pela conformação dos órgãos de controle (da magistratura em particular) às linhas da extrema direita.

Esse estratagema tem sido utilizado pelo capital internacional – liderado pelos EUA - de Golpes Jurídico, Parlamentar e Midiático para derrubada de governos progressistas eleitos na América Latina. O plano estabelece aliança com as elites dominantes nesses países, assegurando ganhos nas reformas econômicas implementadas e poder político. Esse método foi iniciado no governo de Obama e aplicado com êxito na Ucrânia, em seguida executado em Honduras, Paraguai, Brasil, Equador. Está sendo aplicado com dificuldades na Nicarágua e não tem conseguido se impor na Venezuela, frente à resistência da Revolução Bolivariana.

O Golpe Jurídico, Parlamentar e Midiático no Brasil

O governo eleito no Brasil é resultado do golpe impetrado com um programa econômico ambicionado pelo capital internacional.

Qualquer operação de “exceção” é dada dentro da governança imposta, referendada no poder legislativo, avalizada pelo poder judiciário e justificada pela grande mídia – O Tripé do Golpe age quase como articulações ocultas de “poder constituinte”

A transformação que esses movimentos sugerem é agora comandada por um poder destrutivo da democracia.

O objetivo é reajustar o processo político, não só para reverter à dinâmica de ampliação de direitos das classes trabalhadoras, como também fragilizar os movimentos sociais organizados e garantir a continuidade do sistema de reformas neoliberais. A imposição de uma reestruturação econômica e financeira a favor das corporações multinacionais, a desnacionalização e o domínio dos setores estratégicos.

A crise da esquerda

A crise da esquerda antecede ao Impeachment da presidenta. As alianças com a direita, as corrupções no governo e o avanço do fascismo contribuíram para dificultar a consolidação da pauta popular, tendo como resultado, o massacre da mídia e perda das eleições de 2018

Organizações tradicionais do movimento sindical e popular sofrem um processo de burocratização. O atrelamento a governos, resultou em prejuízos com a

(in)consequente perda da autonomia e o descolamento das reivindicações e anseios das bases - supostamente representadas.

A consolidação do neoliberalismo por aqui chega com a legitimação do esvaziamento das políticas sociais que são direcionadas, principalmente, à população negra, que, por sua vez, compõe a maior parte daqueles compreendidos como os “sobrantes” nessa sociedade; aqueles que se pode deixar morrer, deixar aprisionar etc. O espaço conquistado pelo MN durante as últimas décadas sofre ameaças a direitos antes entendidos como consolidados.

Precisamos experimentar novas formas de organização, afirmando a auto-organização e a horizontalidade. Procurar redefinir, nas mais diversas situações, formas de autonomia entre os movimentos e as instâncias políticas. Estes partilham uma nova cultura política, novas formas de engajamento (por meio das redes sociais) e a exigência de uma nova relação com a política.

É fundamental reafirmarmos a centralidade do acúmulo de forças nos movimentos sociais, na nossa luta contra-hegemônica para enfrentar esse estranho fascismo, que aqui está em profunda conjugação com o neoliberalismo como também, a **Realidade Mundial, que é o** capital globalizado, que comanda a geopolítica: colocando governantes da direita à esquerda, e retirando quando esse governo estiver dificultando seu interesse nos grandes negócios.

Diante dessa trajetória histórica fica evidente que nesse contexto de exacerbação das relações raciais, do avanço do desemprego, do crescimento da miséria, da violência, da retirada de direitos e de todas as mazelas produzidas a partir da crise econômica, a má gestão do dinheiro público e do fato de que a população negra é a mais sacrificada historicamente nesse país, urge a necessidade de *refundarmos a nação*. Levantá-la sob os auspícios da igualdade de fato: da igualdade de oportunidade racial, da igualdade de gênero, da igualdade de condições de relação com o meio ambiente em geral, da igualdade entre gerações, no que tange às oportunidades e materialidade etc. Para tanto, indicamos como caminho possível, mas não necessariamente suficiente, porque suficientes seriam reparações históricas para o povo negro e povos indígenas.

As entidades e lideranças presentes nesse encontro propõem uma ação no final do primeiro semestre de 2019, em Alagoas, para avaliação da realidade de cada estado, demandas e a resposta do estado brasileiro no que diz respeito às políticas públicas

sobre diversidade e combate à desigualdade e discriminação racial. Desta forma, a 2ª Reunião Interestadual de Lideranças Negras ocorrerá nos dias 30 e 31 de agosto de 2019 dentro do 9º Ciclo Nacional de Conversas Negras em Maceió – Alagoas, sob a responsabilidade do Instituto Raízes da África.

Refundar a sociedade

Refundar a sociedade perpassa pela autonomia e princípios na perspectiva de alcançar impactos e alterações nas estruturas sociais, como enfrentamento ao racismo institucional e estrutural, que tem como conseqüências as violências sofridas secularmente e na atualidade com ameaças, perda de terras e mortes de quilombolas e indígenas, e com o extermínio da juventude negra.

A racialização constitui matriz ideológica legitimadora da exploração, ou seja, a raça surge como elemento racionalizador das desigualdades raciais, desde o escravismo Colonial e se mantém no capitalismo. Assim, a luta antirracista precisa ser também uma luta anticapitalista, porque a desigualdade entre classes, a exploração de uma à outra, tentará insistentemente legitimar-se sob elementos diferenciadores e fenotípicos.

O movimento compreende sua diversidade e diferentes pautas a serem levantadas, mas se faz necessário forjar uma **unidade negra autônoma e com princípios** para que nos mantenhamos fortes, solidários, determinados e caminhando para às conquistas de políticas afirmativas a curto e médio prazo, e de reparações históricas para o povo negro e indígena a longo prazo contribuindo para a construção de uma sociedade equânime e efetivamente democrática racialmente.

APNs RJ (coordenação nacional); CECUN-ES; ES; FEJUNES; Comissão Negra de Baixo Guandu – ES; Instituto Búzios; Instituto Raízes – AL; Movimento Quilombo, Raça e Classe; Neab – UERJ, Zona Oeste – RJ.

Vitória/ES, 23 de Fevereiro de 2019.

São signatários dessa Carta: (presentes da reunião)